

A TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO 24 DE NOVEMBRO – CAPÃO DO LEÃO – RS

PEASANT TERRITORIALIZATION IN THE 24 DE NOVEMBRO SETTLEMENT IN CAPÃO DO LEÃO, RS

Veridiana Soares Ribeiro

Mestranda em Geografia - FURG
veridiana_ribeiro@yahoo.com.br

Giancarla Salamoni

Prof.^a Dr.^a do Departamento de Geografia da UFPel
gi.salamoni@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo parte de um estudo de caso realizado no assentamento 24 de Novembro, localizado no município do Capão do Leão - RS. Observamos que o processo de territorialização camponesa na Fazenda da Palma, área pertencente à Universidade Federal de Pelotas, a partir da instalação do assentamento de reforma agrária produziu uma diversidade de formas de uso e apropriação do território, identificadas pelas múltiplas estratégias produtivas e pelas diferentes manifestações de sociabilidade encontradas entre os assentados. À luz dos pressupostos teóricos sobre o conceito de território e das relações socioespaciais manifestadas no mesmo, no contexto de luta pela terra, é que se propõe identificar as territorialidades impressas no espaço geográfico, as quais representam as interrelações entre a sociedade e a natureza na constituição do projeto camponês, ou seja, trabalhar para si, com os seus, no que lhes pertence.

Palavras-chave: Território, Territorialidades, Assentamento, Agricultura familiar camponesa, Reforma agrária.

Abstract

This article is part of a case study done at the 24 de Novembro settlement located in Capão do Leão County, RS. The process of peasant territorialization on Palma Farm, belonging to the Federal University of Pelotas, was observed from the establishment of the land reform settlement, which has created a variety of ways of territorial use and appropriation that are identified by multiple production strategies and different manifestations of sociability among settlers. In the light of theoretical grounds on the idea of territory and social spatial relationships, this concept holds, in the land struggle context, the identification of territorialities imprinted in the geographic space, representing the interrelations between society and nature in making up the peasant project, that is, working for themselves, with their peers, in what belongs to them.

Key words: Territory, Territorialities, Settlement, Peasant family farming, Land reform.

Introdução

Ao realizarmos uma análise sobre a questão agrária brasileira é possível identificar significativas transformações, seja pela adoção de novas técnicas advindas com a modernização da agricultura, seja por novas formas de organização do espaço rural, como é o caso da política pública da reforma agrária. Esse processo, que reorganiza as formas de uso e apropriação da terra, também insere, no território, sujeitos que estavam excluídos do acesso à terra, deflagrando novas dinâmicas produtivas e estratégias de reprodução social.

Em meio à discussão sobre a questão agrária brasileira se torna de extrema importância a abordagem em torno do conceito de território, ou seja, a forma como as sociedades rurais foram se apropriando dos territórios, (re)criando diversas e heterogêneas territorialidades. A partir da compreensão do território podemos analisar essas formas de apropriação, sejam as baseadas na agricultura patronal, ou aquelas baseadas na organização socioprodutiva familiar¹. Nestas últimas, a construção do território representa o lugar de viver, produzir e construir um futuro. Desse modo, o conceito de território para a compreensão da questão agrária brasileira se mostra muito importante, pois, conforme Santos e Silveira (2001, p. 20): “O território, visto como unidade e diversidade é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual.”

A discussão que permeia esse estudo gira em torno das novas configurações territoriais que a reforma agrária possibilita, ou seja, as novas territorialidades criadas a partir do assentamento rural. Via de regra, um território, anteriormente estruturado pela presença da grande propriedade patronal fragmenta-se em lotes nos assentamentos formados por famílias organizadas com base na agricultura familiar, que ali vão viver, produzir e construir seu futuro no espaço rural.

A reforma agrária, aqui, é analisada no seu âmbito socioespacial, buscando identificar quem são os sujeitos que personificam a luta pela terra, quais suas origens e trajetórias; como se dão as relações de organização social, econômica, política e cultural nos assentamentos. Trata-se, portanto, de compreender de que forma estes fatores se

constituem em limites ou possibilidades para o desenvolvimento dos territórios reorganizados pelos assentamentos da reforma agrária.

A busca pela superação das desigualdades sociais no campo e, conseqüentemente, a luta de milhares de agricultores familiares camponeses², representados pelos movimentos sociais do campo, perpassa a questão do território, visto que se considera o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra – MST como um movimento socioterritorial, conforme Fernandes (2001).

Desse modo, este trabalho busca explicitar a importância da compreensão do conceito de território para o entendimento dos processos de reorganização promovidos pela reforma agrária, que são múltiplos e apresentam como resultado uma diversidade de territorialidades efetivadas no assentamento, pelos assentados. Sendo assim, esta pesquisa se justifica ao permitir a análise e compreensão dos territórios reorganizados pela reforma agrária, no campo brasileiro.

Metodologia

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa para monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisa esta, realizada junto ao assentamento de reforma agrária 24 de novembro, localizado no município de Capão do Leão – RS, durante o segundo semestre do ano de 2009.

Para o desenvolvimento desse trabalho foi realizada uma revisão teórica sobre a noção do conceito de território e suas relações com a reforma agrária, a fim de fundamentar teoricamente a análise da reorganização territorial do espaço agrário, para, posteriormente, confrontar com a realidade empírica – através da pesquisa de campo a fim de realizar entrevistas com as famílias do assentamento 24 de novembro.

Foram entrevistadas sete, das vinte famílias existentes neste assentamento, com base em questionários semiestruturados que dessem conta de abranger a totalidade dos elementos propostos nos objetivos desse estudo. Ainda, no trabalho de campo foi feito o levantamento fotográfico a fim de registrar aspectos relacionados à organização socioprodutiva dos lotes.

Breve histórico do assentamento 24 de novembro

Para compreender o território e as territorialidades que compõem o assentamento é imprescindível que se conheça um pouco da história do município de Capão do Leão, onde está situado.

O município, de acordo com o Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria - ITEPA, em 2008, possuía uma população de 24.408 habitantes. Sendo que 91,92% residente no espaço urbano e 8,08% no espaço rural. Capão do Leão, originalmente, pertencia ao município de Pelotas, emancipando-se no ano de 1982. Diante disso, ao buscar conhecer a história deste município, deve-se recorrer, necessariamente, à história também do município de Pelotas.

A região geográfica ocupada por esses municípios foi historicamente formada por sesmarias, e apenas três delas constituíam a área de Capão do Leão, conforme ilustra a figura 1, caracterizando, então, a formação territorial do município baseada em grandes propriedades.

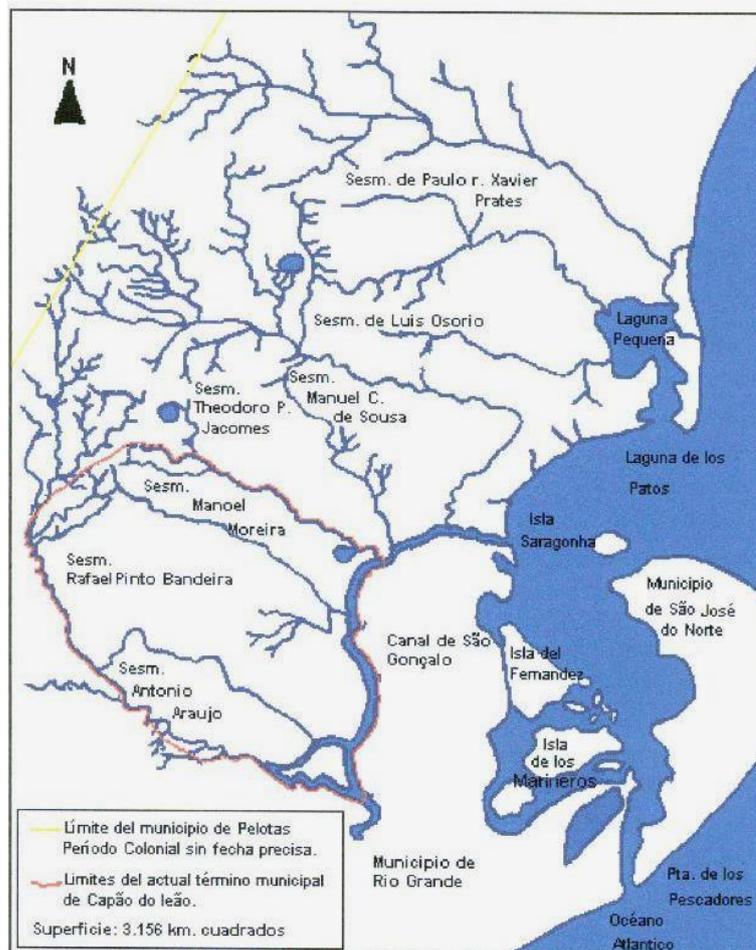


Figura 1 – Mapa das sesmarias que constituíram os municípios de Pelotas e Capão do Leão.
Fonte: WIZNIEWSKY, 2001, p. 378.

Estas sesmarias tinham como base econômica a produção de charque, e como agentes sociais os chamados pecuaristas-charqueadores, responsáveis pela dinâmica agrária na região sul do Rio Grande do Sul. Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, a chegada de imigrantes europeus não-portugueses passa a alterar a estrutura fundiária e agrária da região, com o surgimento de pequenas propriedades e de um sistema de produção baseado na agricultura familiar colonial. Wizniewsky esclarece:

La estructura agrária de este município, con el paso del tiempo y de los hechos, comienza a presentar un nuevo aspecto – a pesar de que estos cambios no afectan a todo el município - : se trata de las pequeñas propiedades rurales. Además de la llegada de inmigrantes, también ocurrió otro hecho, que fue la división de las propiedades, que ya no eran muy grandes, por herencia y por el acceso a la compra y venta de la tierra (WIZNIEWSKY, 2001, p. 382).

Comprendemos, então, a origem de duas sociedades rurais distintas (PEBAYLE, 1975) no município de Capão do Leão, a dos pecuaristas-charqueadores e a dos pequenos agricultores camponeses, fato este que também ocorre em outras áreas do estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, mesmo com a existência de propriedades de pequena dimensão física no município, ainda percebemos uma grande concentração de terras, baseadas nos latifúndios produtores de arroz e na atividade da pecuária de corte e, ainda, áreas ditas improdutivas como a fazenda da Palma da UFPel, ocupada pelo assentamento 24 de novembro.

Diante disso, a política pública da reforma agrária tem como objetivo desapropriar áreas improdutivas, ou seja, que não estão cumprindo com sua função social, a fim de assentar famílias de agricultores sem-terra que, por determinadas razões, foram expropriados de suas terras, ou ainda, aqueles moradores urbanos que possuem origens no rural e desejam retornar ao campo.

Percebemos, então, o quanto é complexo esse processo. Diversos elementos sofrem mudanças: o espaço, o território, com as novas formas e funções que serão efetivadas neles, e até mesmo os diferentes modos de vida que darão outros significados àquele território com a implementação do assentamento e da chegada das famílias dos agricultores. O que deve ser enfatizado aqui são as mudanças significativas que ocorrem quando um latifúndio improdutivo é desapropriado para dar lugar a um assentamento rural composto por diversas famílias. Pois, conforme Medeiros:

O assentamento não é apenas um processo ou programa no espaço; é, acima de tudo, um processo de produção no espaço que ocorre através da apropriação e uso desse novo espaço pelos assentados. Estes modificam o espaço do assentamento e estabelecem relações com ele marcadas, ao longo do tempo, por mudanças no modo de produzir e de se organizar socialmente. O espaço é transformado (MEDEIROS, 2007, p. 174).

O assentamento 24 de novembro, ilustrado na figura 2, se apresenta como peculiar diante dos demais projetos de reforma agrária, pois a área é de propriedade da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, oficialmente denominado Centro Agropecuário da Palma, conhecida como “Fazenda da Palma” com uma área de 1500 hectares, sendo que o assentamento corresponde a apenas 442 hectares da fazenda.

As famílias que constituem o assentamento chegaram ao local em 12 de março do ano de 1992, data estrategicamente planejada pelos agricultores, pois o atual Presidente da República, Fernando Collor de Mello, estaria na região para abertura da colheita de arroz e, dessa forma, a pressão pela reforma agrária teria maior repercussão entre os representantes políticos locais e também da esfera federal.

As famílias permaneceram acampadas na área por um período de oito meses. Cabe ressaltar que essas famílias já estavam, há algum tempo, vivendo em acampamentos do MST. Primeiramente no município de Cruz Alta, logo após acamparam em duas áreas distintas no município de Bagé, de onde vieram até chegar na Fazenda da Palma, no ano de 1992. Esse acampamento localizado em Bagé, que se deslocou para a atual área do assentamento, era composto por cerca de 200 famílias de trabalhadores sem-terra e as 26 famílias provenientes do mesmo, que constituíram o assentamento, foram definidas por sorteio.

Após oito meses acampados na Fazenda da Palma, um contrato de comodato é estabelecido entre a UFPel e as 26 famílias sorteadas, que formavam a Associação do Assentamento da Palma. De acordo com Wizniewsky:

La opción por el “contrato de comodato” se relaciona con el hecho de la Universidad no tenía la intención de donar al Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA), de forma definitiva, las 442 hectáreas para que se pudiera establecer un asentamiento de responsabilidad estatal. El “contrato de comodato” concede a los asentados el derecho de disfrutar de la tierra, de las estructuras y de los recursos naturales, así como de hacer construcciones y mejorar las estructuras existentes; en definitiva, el asentado tiene libertad en el desarrollo de sus actividades agrícolas y ganaderas. En el término de contrato no parece existir una idea clara de lo que pueda suceder en el futuro, ya que puede ser transformado en asentamiento del INCRA, o bien, tras indemnización por las estructuras construidas, ser designados los asentados otro asentamiento. El “contrato de comodato” se hizo con la asociación de asentados, es decir, en grupo y no de forma individualizada, lo que significa que el comodato fue firmado representando a la colectividad del asentamiento (WIZNIEWSKY, 2001, p. 434).

Salientamos que tanto para as famílias assentadas, como para a universidade e os pesquisadores envolvidos no contrato de comodato³ era indefinido o futuro das famílias naquela área, ou seja, não se sabia ao certo se o assentamento seria legalizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, se as famílias deveriam ser assentadas em outra área, ou, enfim, se algum outro procedimento ocorreria.

O contrato de comodato finalizou no ano de 2007, ficando as famílias assentadas à mercê de uma situação de indefinição quanto às normatizações legais de continuidade no local e da construção de projetos futuros. Após o fim do contrato de comodato, as famílias ainda permanecem no assentamento a espera pela legalização desse assentamento pelo INCRA, pois desde o fim do contrato vêm sofrendo com a interferência de processos jurídicos que têm por objetivo a expropriação dessas famílias da área ocupada.

Entretanto, não deixam de continuar suas vidas como moradoras efetivas daquele lugar, independente do fim do contrato de comodato. Por meio de pesquisa de campo é possível perceber o forte sentimento de pertencimento ao lugar por parte das famílias assentadas, inclusive relatam que não imaginam, nem pretendem sair do local, caso o contrato não seja renovado ou o assentamento não seja legalizado pelo INCRA. As famílias ainda afirmam que após tantos anos de luta em busca do acesso à terra, não pretendem sair do local que com tanto esforço conquistaram.

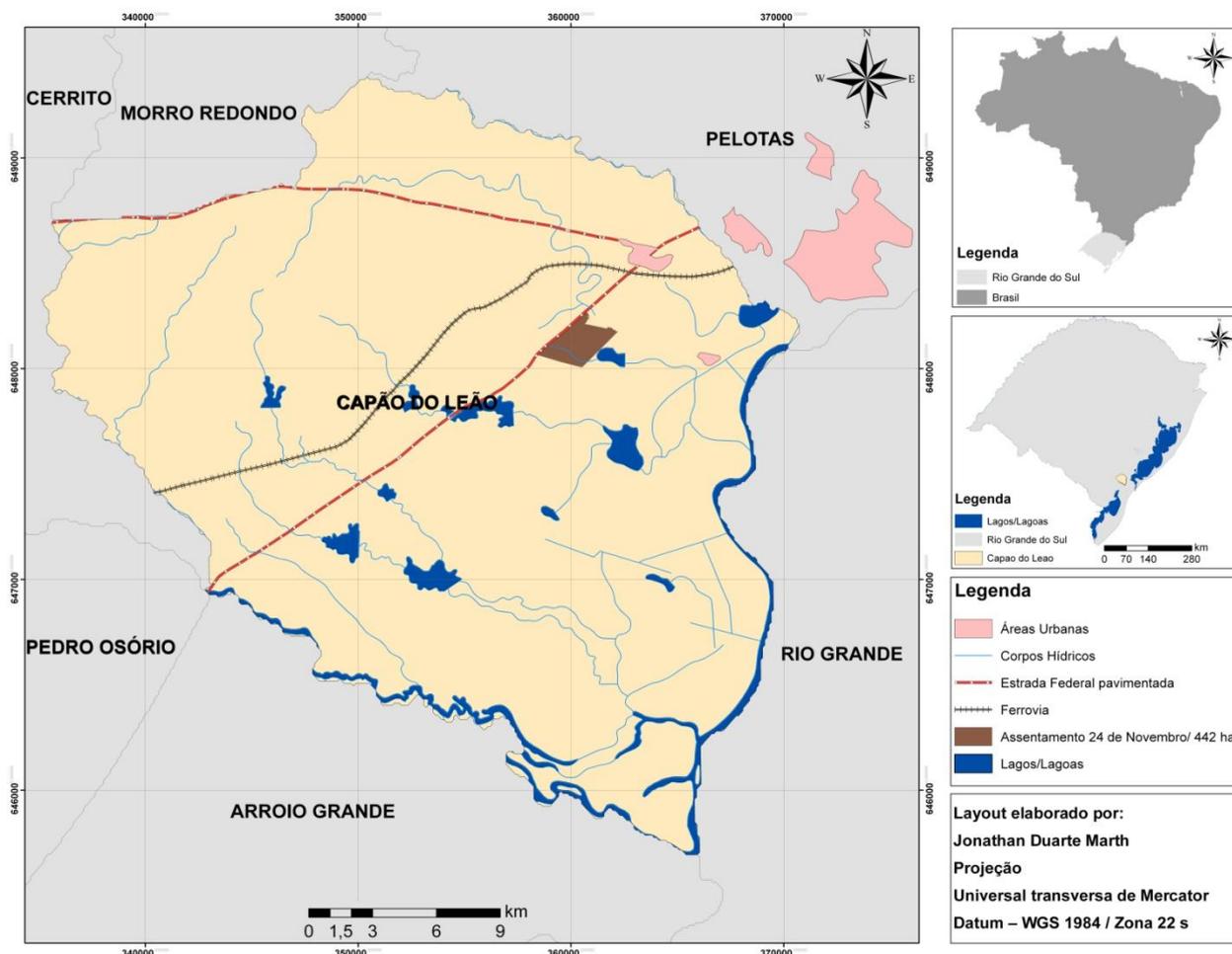


Figura 2 – Mapa de localização do assentamento 24 de novembro.

Fonte: Adaptado de IBGE (2009) e WIZNIEWSKY(2001).

As Abordagens sobre o Território

O território constitui-se em um conceito chave da ciência geográfica, juntamente com os conceitos de espaço, região, paisagem e lugar. É interpretado de diferentes maneiras por autores e correntes geográficas, desde as abordagens materialistas até aquelas que privilegiam a dimensão simbólica/subjetiva da apropriação do território. Ainda, entendendo-o a partir de diferentes escalas, de território global ao nacional e outros, que tratam da construção do território na escala do local/lugar, porém, em comum o reconhecimento da existência de múltiplos territórios e territorialidades. De forma geral, o território pode ser considerado como a apropriação e dominação do

espaço por um determinado grupo social, que é delimitado por relações de poder e resultado da interação entre as relações sociais estabelecidas em determinado espaço, ao longo do tempo.

Haesbaert apresenta o ponto de partida para compreensão da origem da noção de território:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *térreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2008, p.19-20).

Compreendemos, assim, que o território pode ser percebido tanto numa perspectiva material quanto numa perspectiva simbólica, ficando claro que não há os que não possuam essa dupla dimensão. A perspectiva material é entendida, principalmente, pela representação político-administrativa do espaço, como também econômica, enquanto que a perspectiva simbólica é representada pelos valores e significados que os grupos humanos imprimem no espaço, constituindo assim, o território.

Ainda, reconhecendo a importância da identidade na construção dos territórios, Haesbaert (2007, p. 38) diz que “não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”.

Também Souza (1995, p.78) enfatiza as relações de poder que envolvem o território, segundo ele, “o território é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder”. Mas, sobre essas relações de poder consideramos aqui, principalmente no contexto da reforma agrária, a noção apresentada por Haesbaert:

Numa interpretação de base foucaultiana, o poder se estende por todas as esferas/escalas da sociedade, permitindo também reações de toda ordem, desde os microterritórios de resistência do nosso cotidiano até as redes planetárias dos movimentos contraglobalizadores (HAESBAERT, 2007, p. 37).

Compreendemos esses microterritórios de resistência, apresentados por Haesbaert, como os territórios (re)organizados pela reforma agrária, ou seja, o próprio assentamento configurado a partir das relações sociais, produtivas e culturais, em outras palavras as formas de sociabilidade camponesa.

Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

O debate em torno dos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização se mostra imprescindível, principalmente, quando discutimos o conceito de noção de território e suas relações com a reforma agrária. Diante disso, neste processo pode-se evidenciar, na prática, os conceitos aqui apresentados.

Haesbaert traz uma importante contribuição para a compreensão do sentido da desterritorialização:

Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é, sobretudo, um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades (HAESBAERT, 2007, p. 35).

Percebemos que a noção de desterritorialização estará sempre associada à dimensão dada ao território em si, seja ela material ou simbólica. Diante disso, a desterritorialização pode ser compreendida como um processo que determinados grupos sociais enfrentam de, por razões diversas, serem deslocados de seus territórios para em seguida se fixarem em outro território, efetivando então, a reterritorialização. Nesse processo, da desterritorialização à reterritorialização, territórios flutuantes ou transitórios podem ser construídos por esses grupos sociais.

Poderíamos compreender a ideia de territórios flutuantes se pensarmos na trajetória da luta pela terra. Consideremos que os trabalhadores sem-terra, ao serem excluídos do processo produtivo tornam-se desterritorializados da propriedade da terra, mas nem por isso deixam de construir e organizar territórios nos itinerários da reforma

agrária. Pensando desde o momento em que decidem ingressar nos movimentos sociais, na vida nos acampamentos e, posteriormente, na territorialização dos assentamentos de reforma agrária, é possível reconhecer múltiplos territórios vividos por esses trabalhadores sem terra; territórios flutuantes que foram construídos em cada momento do processo da reforma agrária.

Como já mencionado, as famílias do assentamento 24 de novembro, a fim de concretizarem o acesso à terra, organizaram um primeiro acampamento no município de Cruz Alta, passando logo após por outros dois acampamentos no município de Bagé, antes de acamparem na atual área do assentamento, na fazenda da Palma. Ao todo, foram quatro anos vivendo em acampamentos do MST, fazendo pressão junto ao Estado em busca da reforma agrária. As famílias relatam que a vida no acampamento era muito difícil, pois viviam em precárias condições de existência material, mas, ainda afirmam que o desejo de conquistar um pedaço de terra superava todas as dificuldades que se apresentavam cotidianamente.

Diante disso, pode-se evidenciar os territórios habitados por essas famílias, desde o ingresso no movimento com o primeiro acampamento até a efetivação do assentamento. Nesse processo de luta pela terra, múltiplos territórios foram construídos pelas famílias, desde territórios flutuantes nos assentamentos até a efetiva territorialização no assentamento.

Sobre esses múltiplos territórios construídos Souza afirma que:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias, territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 1995, p. 81).

O autor ainda complementa:

Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos [...], podem, [...] formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo (SOUZA, 1995, p. 87).

A partir dessa concepção de territórios flutuantes e, conseqüentemente, dos múltiplos territórios habitados pelos trabalhadores rurais sem-terra, vem à tona o debate em torno da multiterritorialidade. Esse conceito surge como uma resposta ao conceito de desterritorialização, ou seja, grupos humanos não são necessariamente desterritorializados, mas, constroem e vivem multiterritorialidades. Haesbaert contribui para esse entendimento:

Na verdade, muito mais do que perderem vínculos de identificação com espaços determinados, “desterritorializando-se”, o mais comum é que as pessoas e os grupos sociais desenvolvam concomitantemente, vínculos identitários com mais de um território ao mesmo tempo, ou com territórios que em si mesmos manifestam características muito mais instáveis, múltiplas e/ou híbridas. Trata-se assim de um claro processo de “multiterritorialização”, seja de forma sucessiva, vivenciando-se alternadamente distintos territórios, seja de forma simultânea, tanto no sentido de apropriar-se de um espaço marcado pela multiplicidade cultural, quanto no sentido de “acessar” e exercer influência sobre distintos territórios (via ciberespaço, notadamente) (HAESBAERT, 2007, p. 49).

Diante disso, acreditamos que os trabalhadores rurais sem-terra configuram a chamada multiterritorialidade, muito mais que uma desterritorialização, pois, não necessariamente perdem seus territórios, mas passam a habitar múltiplos territórios, em busca da territorialização, nesse caso, o acesso à terra, e é o que pode se evidenciar nas histórias de vida das famílias do assentamento 24 de novembro.

Territorialidades da Reforma Agrária: A organização do assentamento 24 de novembro

A partir da compreensão da questão agrária existente em nosso país, da política pública da reforma agrária e da noção de território, percebemos que o mesmo vem sendo transformado a partir dos assentamentos rurais que concretizam o processo de luta pela terra.

É preciso reconhecer, nos territórios reorganizados pela reforma agrária, os múltiplos territórios construídos, as multiterritorialidades manifestadas, como também as relações de poder que existem dentro desses territórios dos assentamentos, relações essas que efetivam a construção de um território.

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc (HAESBAERT, 2004, p. 21).

A partir do pensamento supracitado de Haesbaert torna-se evidente a necessidade de adotar a perspectiva dos múltiplos territórios e de multiterritorialidade, em vista da multiplicidade de manifestações que se apresentam nos assentamentos da reforma agrária, seja a partir da diversidade social, cultural e étnica dos sujeitos que compõem o assentamento, ou pelas relações de poder e influência exercidas pelo próprio Estado (INCRA) no interior dos assentamentos. No caso do assentamento 24 de novembro, a Universidade Federal de Pelotas, proprietária da área, é responsável por manifestar outras relações de poder, para além das relações existentes em outros assentamentos de reforma agrária, uma vez que o contrato de comodato foi realizado entre a universidade e as famílias, travando uma relação por vezes conflituosa.

É evidente o fato de que o assentamento introduz no território novas formas, funções, estruturas e processos. Na maioria dos casos, um território voltado à agricultura capitalista agroexportadora passa a ser transformado em um território

voltado para a agricultura familiar. No assentamento estudado, um território pertencente a uma universidade pública, que se apresentava improdutivo, e, portanto, não cumprindo com sua função social, deu lugar a um território voltado para a agricultura familiar camponesa. Buth e Corrêa esclarecem o significado do assentamento para as famílias sem-terra:

O acesso a terra indica uma reterritorialização, materializando a recriação do lugar a partir da inserção de novos elementos e perspectivas no espaço rural. O lugar incorpora o novo, especialmente no que diz respeito às técnicas, modificando as práticas sociais. Assim, os assentados constroem um novo território a partir da mudança das relações estabelecidas neste espaço, promovendo um rearranjo no processo produtivo, diversificando a produção e introduzindo novas atividades (BUTH e CORRÊA, 2006, p. 154-155).

Conforme são assentados, os trabalhadores rurais sem-terra passam por um processo de reterritorialização o qual prevê a construção de um novo território, formado por sujeitos com diferentes origens e trajetórias de vida, enfim, a diversidade cultural configura um assentamento a partir da heterogeneidade, rumo a um projeto coletivo em busca do desenvolvimento territorial.

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”) (SOUZA, 1995, p.84).

Souza introduz uma importante problemática. Todo grupo social necessita ser territorializado. Assim, nesses assentamentos, novas identidades são criadas a partir da relação de pertencimento com aquele território conquistado, ou até mesmo a partir da relação de apropriação daquele território onde passaram a viver e produzir. Territorialidades camponesas são construídas no território que, anteriormente constituía-se em um espaço improdutivo. Alves [et al.] (2007, p.93) afirmam que “[...] o assentamento rural é a territorialização materializada e as relações camponesas a territorialidade existente e concreta”. Ainda sobre territorialidade, Haesbaert explica que:

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2004, p. 21).

O assentamento 24 de novembro representa a expressão das territorialidades camponesas por meio das diversas estratégias utilizadas pelas famílias para garantirem sua reprodução social.

Atualmente, o assentamento apresenta uma organização socioprodutiva baseada na agricultura familiar onde cada família, em seu lote, produz individualmente. Essa situação não era a mesma no início do assentamento, pois, todas as 26 famílias tinham sua produção organizada coletivamente, formavam, deste modo, a Associação dos Agricultores da Palma. A produção coletiva teve seu fim diante do desejo das famílias de produzirem individualmente em seus lotes com suas famílias, onde a organização se dá no contexto da família, e não no assentamento com as demais famílias assentadas. Loner [et al.] explica como se dava essa organização coletiva, entre os anos de 1993 e 1994:

Provavelmente, esta situação – excepcional em termos de assentamentos de colonos sem terra – tenha condicionado em muito as expectativas destes colonos quando vieram se estabelecer aqui. Inicialmente, tudo foi pensado para ser feito em termos coletivos e muito até hoje assim continua: por exemplo, a cozinha é coletiva, o que é justificado pelo fato de que haveria menos desperdício, além do que retira um pesado trabalho das costas das mulheres. Existe um projeto de lavanderia coletiva, e um setor de conserto de roupas, também coletivo. Coletivo ainda se pretende que seja a creche, o que liberaria a mãe dos cuidados com as crianças enquanto trabalha (LONER et al, 1996, p. 73).

Percebemos que o projeto coletivo representava uma estratégia de enfrentamento às restrições na disponibilidade de recursos monetários, uma vez que algumas dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas, quando organizadas em grupo, poderiam ser amenizadas, como explica Loner et al (1996). Em entrevista, um assentado relatou que a associação conseguiu adquirir algumas máquinas e equipamentos agrícolas

para facilitar a produção, o que individualmente se torna excessivamente difícil, em função da falta de capital necessária para aquisição dos mesmos.

Por outro lado, as necessidades individuais de cada família se sobressaíram e a organização geral do assentamento, revelando segundo Wanderley (apud SABOURIN, 2009, p.15), “as tensões e conflitos que afetam as posições e práticas do Estado- pela via das intervenções das políticas públicas- e dos diversos movimentos sociais, representantes de segmentos dos trabalhadores, de agricultores sem terra e de pequenos camponeses.” Segundo a mesma autora, deve-se ter atenção especial, principalmente os mediadores sociais e políticos, ao assumir a “bandeira” da coletivização quando essa se sobrepõe à centralidade da família que, no limite, pode comprometer a afirmação da autonomia camponesa.

Cabe ressaltar, que a própria divisão dos lotes foi feita em função da desagregação da associação, onde os próprios assentados fizeram a medição da área, distribuindo lotes do mesmo tamanho para cada família, em torno de 20 hectares cada um. As primeiras famílias a deixarem a associação foram as primeiras a ocuparem os lotes divididos, dessa forma, as famílias que permaneceram até o fim da associação ficaram com os lotes que ainda estavam desocupados.

A produção agrícola familiar se apresenta de forma diversificada nos lotes. Entre os principais produtos cultivados no assentamento e destinados para a comercialização encontra-se a produção de hortifrutigrangeiros, ovos, mel e leite. Esses produtos são responsáveis pela formação da renda familiar, principalmente o leite, que de acordo com todas as famílias entrevistadas é a fonte principal de ingressos monetários.

Os assentados apresentam certa autonomia em relação à comercialização dos produtos, pois, são vendidos aos supermercados e comércio atacadista da região. Alguns produtos, como o morango, têm a produção vendida diretamente ao consumidor. Essa situação acontece devido ao fato do assentamento estar muito bem localizado no que diz respeito ao escoamento da produção, ou seja, muito próximo às áreas urbanas dos municípios de Pelotas e Capão do Leão.

Entretanto, a produção de leite se encontra submetida aos Complexos Agroindustriais – CAI’s, pois, a comercialização é realizada junto à Cooperativa Sulriograndense de Laticínios Ltda - Cosulati. Essa submissão aos CAI’s pode representar

a perda de autonomia dos agricultores no que diz respeito à comercialização dos produtos, pois a produção deve seguir normas técnicas estabelecidas pela indústria, e os valores pagos ao produto, muitas vezes, não cobrem nem mesmos os custos de produção. Além disso, o valor da mão de obra familiar não é contabilizado pelo agricultor no momento da venda do seu produto, porém, a indústria incorpora esse valor ao preço final pago pelo consumidor. Isso representa uma forma de exploração do trabalho do agricultor familiar camponês.

Além do gado que produz o leite acima mencionado, encontra-se neste assentamento outras formas de criação de animais como a criação de galinhas caipiras para abastecimento da própria família (carne e ovos). Em três do total dos lotes há criação de porcos destinada tanto para o autoconsumo quanto para comercialização.

No que diz respeito às máquinas e implementos agrícolas utilizados pelos assentados na produção, todas as famílias entrevistadas utilizam animais para auxiliar nas tarefas produtivas, ou seja, fazem uso da tração animal (bois e cavalos), pois não possuem maquinários próprios. Quando necessitam destes maquinários como tratores, arados entre outros, utilizam os equipamentos que a Prefeitura Municipal de Capão do Leão aluga cobrando um determinado valor por hora de cada agricultor.

A produção é feita basicamente com a utilização de adubos orgânicos, uma vez que além de fornecer alimentos mais saudáveis, não necessita investimentos financeiros externos, pois, pode ser obtido no próprio lote. Alguns assentados ainda utilizam adubos químicos, inseticidas, herbicidas e fungicidas, ocasionalmente. Sobre a autonomia no uso dos recursos, Ploeg complementa:

[...] o processo de produção no modo de produção camponês é tipicamente estruturado sobre (e simultaneamente inclui) uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção (PLOEG, 2006, p. 25).

A assistência técnica prestada às famílias é realizada pela Empresa de Assistência Tecnológica e Extensão Rural/RS - Emater, em todos os lotes do assentamento. De acordo com os relatos das famílias, esta situação contraria o que

exposto no contrato de comodato que afirma ser a assistência técnica prestada às famílias pela UFPel, no entanto, somente nos primeiros anos da instalação do assentamento este órgão cumpriu o contrato.

Assim como a maioria dos trabalhadores rurais sem-terra que formam o MST, os agricultores do assentamento 24 de novembro são procedentes do espaço rural, ou seja, têm suas origens no rural. Das sete famílias entrevistadas, apenas duas viviam e trabalhavam na área urbana antes de ingressarem no movimento, as demais se dedicavam à agricultura, como parceiros ou meeiros.

Sabemos que a grande parte dos assentamentos existentes no estado do Rio Grande do Sul é formada por famílias provenientes do norte do estado. Porém, há também alguns assentamentos localizados no sul do estado que historicamente foi formado por grandes propriedades. Ao apresentar, dessa forma, o sul muitas áreas improdutivas destinadas à reforma agrária agricultores do norte do estado compõem assentamentos também no sul do estado. E, essa situação não é diferente no assentamento 24 de novembro. Entre os municípios de origem dos assentados encontram-se: Ronda Alta, Nonoai, Erval Seco, Erechim, Palmitinho, Rodeio Bonito e Seberi.

É unânime entre os assentados o fato de terem ingressado no MST com o desejo de possuir um pedaço de terra para “produzir para si, com os seus, no que lhes pertence”⁴, o que significa o projeto de vida camponês. Ainda, entre as famílias que estavam na área urbana antes de acamparem, o desejo vai mais além de possuir um pedaço de terra, é a vontade de retornar ao campo, do qual foram expulsos pela busca de melhores condições de vida na cidade.

Além de ficarem um período significativo vivendo em barracos, mesmo estando assentados, as famílias enfrentaram um período maior ainda, sem luz elétrica. O assentamento passou a ter rede elétrica em todas as propriedades somente a partir do ano de 2002, com a ação do Programa “Luz no Campo”. Percebemos, então, a precariedade com que viveram as famílias em dez anos de assentamento sem as condições mínimas de infraestrutura.

Em relação à disponibilidade de água para uso doméstico, os assentados ainda estão em situações precárias. A água para abastecer as casas é retirada de um poço

artesiano localizado na área da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. Foram feitas várias tentativas de construção de poços artesianos para abastecimento doméstico dos lotes, mas todos sem sucesso, pois, a água se apresentava imprópria para uso doméstico. Para a dessedentação dos animais domésticos é utilizada a água de açude.

Dentre as famílias entrevistadas, no que diz respeito ao número de filhos, podemos dizer que é bastante significativo, o que garante a reprodução da agricultura familiar já que a mesma depende do trabalho da família.

Relativo à escolaridade, a grande maioria dos assentados não possui o primeiro grau completo, já os filhos que estão em idade escolar, todos estão frequentando a escola, alguns adolescentes estudam no Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça - CAVG, localizado no município de Pelotas/RS. Ainda, existem alguns filhos de assentados que estudam, ou já estão formados em curso superior.

Ainda sobre o trabalho nos lotes, pode-se dizer que o mesmo é estritamente familiar. Entretanto, duas famílias afirmaram já ter contratado trabalhador temporário. Uma destas famílias fez a contratação na época em que eram produtores de fumo, e em determinados períodos da produção sentiram necessidade de complementar a mão-de-obra familiar com trabalhador temporário. A segunda família realizou a contratação na época em que produziam pepinos para conserva que, de acordo com a mesma, necessitava de mão-de-obra extrafamiliar.

Considerações finais

Consideramos aqui o assentamento como uma forma de reconstruir o campo brasileiro, que historicamente foi marcado pela grande propriedade da terra. Reconstituir no sentido de dar oportunidade do acesso à terra a quem foi excluído pelas condições históricas vividas no espaço rural e possibilitar uma agricultura voltada à lógica familiar e à produção de alimentos para o mercado interno.

O assentamento 24 de novembro do município de Capão do Leão/RS, foco deste trabalho, representa mais um dos assentamentos que permite o acesso à terra por parte

de agricultores e agricultoras que, por diversos fatores foram expropriados de suas terras. O assentamento permitiu, antes de tudo, a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. Em relatos, revelam que com a oportunidade de acesso à terra conseguem garantir um futuro melhor para os filhos, buscando para os mesmos uma vida diferente da que passaram, lutando bravamente para ter acesso ao que lhes era de direito.

Percebemos que os modos de vida camponeses existentes no assentamento 24 de novembro, resultado das múltiplas relações que os agricultores assentados estabelecem entre si e com o meio, configuram as territorialidades camponesas. O assentamento, que antes se configurava em uma fazenda improdutiva deu lugar ao assentamento de muitas famílias que viram ali a oportunidade de garantir o acesso à terra e de reproduzir-se socialmente, economicamente e culturalmente. De acordo com Leite:

A presença dos assentamentos enquanto unidades territoriais e administrativas, novas referências para as políticas públicas, traz em si modificações na zona rural em que eles são implantados, resultando numa ampliação das demandas de infra-estrutura e em pressão sobre os poderes políticos locais, estaduais e federal, redimensionando o tema do acesso às políticas públicas (LEITE, 2003, s.p.).

Diante disso, é necessário reconhecer as transformações na estrutura dos municípios em que os assentamentos se inserem com seus modos de vida e territorialidades camponesas, transformações essas que beneficiam tanto as famílias assentadas quanto a população local, seja ela urbana ou rural, pois:

Qualquer assentamento, com o simples ato de ser criado, altera as relações de poder local. Mesmo que haja adesão ao modelo produtivista, o assentamento promove um rearranjo do processo produtivo, a produção se diversifica e novas atividades são introduzidas. Além disso, pode-se constituir o associativismo e se formar cooperativas. Esses fatores, em conjunto, afetam a dinâmica do comércio local, a movimentação bancária, a arrecadação municipal, entre outros (BUTH & CORRÊA, 2006, p. 163).

Fica claro o significado da política de reforma agrária e da construção de territórios em assentamentos rurais em nosso país, ou seja, a efetivação de uma sociedade democrática, que busca garantir os direitos de trabalhadores brasileiros a partir da aplicação das políticas públicas existentes.

Notas

¹ De acordo com o relatório da FAO/INCRA (1994), na agricultura familiar o trabalho e a gestão estão intimamente ligados, apresenta a direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários, possui ênfase na diversificação e possibilita a durabilidade dos recursos naturais e a qualidade de vida. E, o trabalho assalariado no modelo familiar é complementar. Por outro lado, na agricultura patronal existe uma completa separação entre gestão e trabalho; trata-se de uma organização centralizada, com destaque para a especialização e práticas agrícolas padronizáveis. E, o trabalho assalariado é predominante.

² Camponês e agricultor familiar são termos utilizados neste trabalho de forma similar e indissociável, a fim de enfatizar a existência de um campesinato na contemporaneidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, a categoria analítica adotada – agricultura familiar camponesa- expressa o reconhecimento da permanência de “lógicas camponesas” que estão combinadas a uma diversidade de estratégias socioprodutivas de caráter familiar na agricultura. Lógicas de resistência e estratégias de reprodução social que combinam produção mercantil com produção para o autoconsumo, e cujos resultados estão voltados para a construção/reprodução do patrimônio familiar.

³ Durante a pesquisa de campo, as famílias relataram que no contrato de comodato constavam determinadas atividades a serem cumpridas tanto pela universidade, quanto pelas famílias assentadas. Entre as atividades a serem cumpridas pela universidade estava o comprometimento de pesquisadores e professores da mesma prestarem assistência às famílias visando o desenvolvimento do assentamento.

⁴ Ver mais sobre o assunto em WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social – Uma homenagem a Alexander V. Chayanov. Campinas: UNICAMP, 1989.

Referências

ALVES, Flamarion Dutra Alves; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires; FERREIRA, Enéas Rente. TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA, IDENTIDADE E REPRODUÇÕES SOCIAIS: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v.2, n. 4, p. 82-97, ago.2007.

BUTH, Fernanda; CORRÊA, Walquíria Krüger. A RECONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DE ASSENTAMENTOS RURAIS: o caso do assentamento Ramada – RS. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 152-172, ago. 2006.

FAO/INCRA. Projeto UTF/BRA/036/BRA – **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. 120 p.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz (et al.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 19-36.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 33-56

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 23/09/2009 às 14:27hs.

INSTITUTO TÉCNICO DE PESQUISA E ASSESSORIA. **Banco de Dados da Zona Sul – RS – ITEPA – Pelotas**: EDUCAT, 2008. 156 p.

LEITE, Sérgio. **Assentamentos Rurais: impactos locais e geração de emprego**. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr11.shtml>, acessado em 12/05/09.

LONER, Beatriz et al. O ASSENTAMENTO DA PALMA: a individualização do coletivo. **História em Revista**. Pelotas: Instituto de Ciências Humanas: Núcleo de documentação histórica/UFPel, nº 2, 1996. p. 65-83.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007, p. 168-178.

PEBAYLE, Raymond. Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, ano 20, 18: 3-22, 1975.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 13-53.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 470 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77 – 116.

WANDERLEY, M. N. B. **Em busca da modernidade social – Uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. Campinas: UNICAMP, 1989.

WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. **Reforma Agraria y asentamientos en Brasil: El caso de los asentamientos de Reforma Agraria en Capão do Leão, RS**. Universidade de Córdoba, 2001. (tese de doutorado, V.II).

***Recebido em 29/06/2010**

Aceito para publicação em 28/01/2011